



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Janeiro/2021*

### ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 11/01/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Dezembro/2020, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, abaixo assinados. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, janeiro/2021, dentre outras que tratam da situação macroeconômica no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 235ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 07 e 08 de Dezembro/2020, uma vez que suas decisões desencadeiam, indubitavelmente, reações nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores do mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: "Em sua 235ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 2,00% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, a ressurgência da pandemia em algumas das principais economias tem revertido os ganhos na mobilidade e deverá afetar a atividade econômica no curto prazo. No entanto, os resultados promissores nos testes das vacinas contra a Covid-19 tendem a trazer melhora da confiança e normalização da atividade no médio prazo. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes sugerem a continuidade da recuperação desigual entre setores, em linha com o esperado. Contudo, prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais;
- As últimas leituras de inflação foram acima do esperado e, em dezembro, apesar do arrefecimento previsto para os preços dos alimentos, a inflação ainda deve se mostrar elevada. Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se em níveis compatíveis com o cumprimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária;
- As expectativas de inflação para 2020, 2021 e 2022 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,2%, 3,3% e 3,5%, respectivamente;
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de R\$5,25/US\$\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 4,3% para 2020, 3,4% para 2021 e 3,4% para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que encerra 2020 em 2,00% a.a. e se eleva até 3,00% a.a. em 2021 e 4,50% a.a. em 2022; e

- No cenário com taxa de juros constante a 2,00% a.a. e taxa de câmbio partindo de R\$5,25/US\$\*, e evoluindo segundo a PPC, as projeções de inflação situam-se em torno de 4,3% para 2020, 3,5% para 2021 e 4,0% para 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o nível de ociosidade pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado, notadamente quando essa ociosidade está concentrada no setor de serviços. Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional.

Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 2,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui os anos-calendário de 2021 e 2022.

O Comitê considera adequado o atual nível extraordinariamente elevado de estímulo monetário que vem sendo produzido pela manutenção da taxa básica de juros em 2,00% a.a. e pelo *forward guidance* adotado em sua 232ª reunião, segundo o qual o Copom não pretende reduzir o grau de estímulo monetário desde que determinadas condições sejam satisfeitas. O Copom avalia que essas condições seguem satisfeitas. Apesar da elevação desde a última reunião, em particular para o ano de 2021, as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, permanecem abaixo da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária; o regime fiscal não foi alterado; e as expectativas de inflação de longo prazo permanecem ancoradas.

O Copom avalia que, desde a adoção do *forward guidance*, observou-se uma reversão da tendência de queda das expectativas de inflação em relação às metas para o horizonte relevante. Além disso, ao longo dos próximos meses, o ano-calendário de 2021 perderá relevância em detrimento ao de 2022, que está com projeções e expectativas de inflação em torno da meta. A manutenção desse cenário de convergência da inflação sugere que, em breve, as condições para a manutenção do *forward guidance* podem não mais ser satisfeitas, o que não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade. No cenário de retirada do *forward guidance*, a condução da política monetária seguirá o receituário do regime de metas para a inflação, baseado na análise da inflação prospectiva e de seu balanço de riscos.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa

Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.

\*Valor obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio R\$/US\$ observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.”

A presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões. Não obstante, com observância nas últimas decisões proferidas pelo COPOM-BACEN, relativamente à condução da política monetária, em especial no que tange ao patamar em que se encontra a taxa Selic, ainda que com estímulos monetários de médio a longo prazo, por parte das principais economias e com o avanço dos testes com a vacina do COVID-19, este Comitê de Investimentos entende que os índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária, tendem a subir de forma gradual nas próximas reuniões, sobretudo, por conta da alta incerteza que rondam o mercado de capitais, com fechamento no final do ano, maior do que o apurado (3,3%). Por consequência, tais medidas, em caso de elevação na taxa Selic, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade dos investimentos públicos, causando, reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeira para a composição do relatório FOCUS-BACEN, além do relatório “panorama do mercado financeiro”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado. Não obstante, este Comitê entende que por conta do quadro macroeconômico atual, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quando da assunção de riscos, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em títulos públicos de renda fixa, compostos com taxas pós-fixadas, diversificadas com taxas prefixadas entre “FIC” e “IMA B 5”, por se apresentarem, no presente momento, como as melhores opções para fins de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, cabendo sempre a observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Com relação à macroeconomia nacional destacamos no atual momento: Pressão inflacionária, expectativas quanto à vacinação e condução do enfrentamento à pandemia do COVID 19. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA se configura como o País com o maior número de infectados, auxílio de 900 bilhões de dólares a pessoas físicas e jurídicas e governo Biden; EUROPA: Restrições e vacinação contra o COVID, BC Europeu mantém taxa de juros e andamento no programa de compra de ativos; ÁSIA: Bolsa com boa rentabilidade em comparação com o restante do mundo, graças ao anúncio de estímulos por parte do governo. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, a retração da economia mundial, gera uma piora nos índices do fluxo cambial nacional, sobretudo, se levarmos em consideração que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – dezembro/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado por esses Entes totalizou: R\$ 3.135.282,78 e, desta

feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a aplicação de R\$ 3.130.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, fatores macroeconômicos, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação, dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses deverão ser objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores a serem ocasionados por conta do enfrentamento da covid-19. Na presente reunião, os membros deste Comitê entenderam que o desenquadramento verificado no fechamento da carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS referente ao mês de dezembro de 2020, deverá ser solucionado ainda no presente mês. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.000.000,00 no fundo BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, advindo do repasse das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência dezembro/2020; 2) R\$ 1.130.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2ª TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA, advindo do repasse das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência dezembro/2020; 3) R\$ 1.000.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP - advindos do repasse das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência dezembro/2020. O saldo restante de tais repasses ficaram disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de honrar com os compromissos assumidos, conforme fluxo de caixa de pagamentos, ou seja, dos R\$ 3.135.000,00 repassados pelos Entes, a título de repasses previdenciários, R\$ 3.130.000,00 foram aplicados, ou seja 99% de tais repasses foram aplicados. Ademais, os membros deste Comitê verificaram que na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS apresentou, no fechamento do mês de dezembro/2020, desenquadramento, em relação à modalidade de renda variável, mais especificamente no item artigo 8º, II, "a", em função da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2020 - IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle "ENQUADRAMENTOS" disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Porém, todas as medidas necessárias, a fim de se promover o devido enquadramento desse fundo deverão ser adotadas pelo IPREM CAIEIRAS, ainda no mês corrente. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de janeiro/2021 - APROVARAM a não efetivação de RESGATES financeiro, uma vez não ser necessário para fins de quitação de obrigações ou remanejamento entre fundos. Não obstante, os membros deste Comitê, após avaliação do cenário macroeconômico, retorno da carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS e, principalmente, visando o alcance da meta atuarial anual de 2021, decidiram APROVAR a não efetivação de qualquer tipo de remanejamento (alocação estratégica) de valores entre os fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Administração Indireta, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade (volatilidade) e das incertezas por que atravessa e atravessará o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento da Covid 19, bem como pela condução dos estímulos fiscais a serem adotados pelas grandes economias mundiais, dentre outros fatores. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS em busca de se alcançar essa meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos

diversificados em fundos tipo "IDKA IPCA 2A", "FIC GESTÃO ESTRATÉGICA" e "IMA-B5", ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente momento. Ademais, após deliberação, na presente reunião ordinária, os membros deste Comitê de Investimentos entenderam ser oportuna, pelos motivos retro expostos, a aquisição de novo produto de investimentos, a saber: 1) BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO – BANCO DO BRASIL. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 9,06% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 3,34% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente aos meses de DEZEMBRO/2020 e início de JANEIRO/2021. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, pela aquisição de novo fundo de investimentos, a saber: 1) BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO – BANCO DO BRASIL. Não ficou aprovado o resgate total (desinvestimento) de fundos que compõe a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. **5) Assuntos Gerais:** Políticas fiscais interna e externa. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 12/02/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 12/02/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Janeiro/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros deste Comitê que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, fevereiro/2021, dentre outras que tratam da situação macroeconômica no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 236ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 19 e 20 de Janeiro/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam, indubitavelmente, reações nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores do mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 236ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 2,00% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, o aumento do número de casos e o aparecimento de novas cepas do vírus têm revertido os ganhos na mobilidade e deverão afetar a atividade econômica no curto prazo. No entanto, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos à implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação sólida da atividade no médio prazo. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores referentes ao final do ano passado têm surpreendido positivamente, mas não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro trimestre deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais;
- A recente elevação no preço de *commodities* internacionais e seus reflexos sobre os preços de alimentos e combustíveis implicam elevação das projeções de inflação para os próximos meses. Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, ainda que tenham se revelado mais persistentes do que o esperado. Assim, o Copom segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 3,4%, 3,5% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de R\$5,35/US\$\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 3,6% para 2021 e 3,4%

para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva até 3,25% a.a. em 2021 e 4,75% a.a. em 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o nível de ociosidade pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado, notadamente quando essa ociosidade está concentrada no setor de serviços. Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional.

Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 2,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022.

Segundo o *forward guidance* adotado em sua 232ª reunião, o Copom não reduziria o grau de estímulo monetário desde que determinadas condições fossem satisfeitas. Em vista das novas informações, o Copom avalia que essas condições deixaram de ser satisfeitas já que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estão suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária. Como consequência, o *forward guidance* deixa de existir e a condução da política monetária seguirá, doravante, a análise usual do balanço de riscos para a inflação prospectiva.

O Comitê reitera que o fim do *forward guidance* não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.

\*Valor obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio R\$/US\$ observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

A presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões. Não obstante, com

observância nas últimas decisões proferidas pelo COPOM-BACEN, relativamente à condução da política monetária, em especial no que tange ao patamar em que se encontra a taxa Selic, ainda que com estímulos monetários de médio a longo prazo, por parte das principais economias e com o avanço dos testes com a vacina do COVID-19, este Comitê de Investimentos entende que os índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária, tendem a subir de forma gradual nas próximas reuniões, sobretudo, por conta da alta incerteza que rondam o mercado de capitais tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento no final do ano, maior do que o apurado (3,6%). Por consequência, tais medidas, em caso de elevação na taxa Selic, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade dos investimentos públicos, causando, reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório FOCUS-BACEN, datado de 05/02/2021 e publicado no dia 08/02/2021, além do relatório “panorama do mercado financeiro”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta do quadro macroeconômico atual, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quando da assunção de riscos, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em títulos públicos de renda fixa, compostos com taxas pós-fixadas, diversificadas com taxas prefixadas entre “GESTÃO DURATION” e “IMA B 5”, reduzindo investimentos em renda variável e alocando em fundos de renda fixa em especial fundos IMA B 5, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, cabendo sempre a observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Com relação à macroeconomia nacional destacamos no atual momento: preocupação com aumento do valor das *commodities*, arrefecimento do auxílio emergencial, ociosidade do setor de serviços podendo indicar recuperação do setor caso os novos casos de COVID 19 não venha a causar reflexos no setor, pressão inflacionária. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Presidente pretende usar a vacinação como estratégia para a melhora dos índices econômicos, renovando os ganhos em Wall Street; EUROPA: Aposta da vacinação como estratégia para melhora dos índices econômicos, com a Alemanha anunciando contribuição de maneira global para a erradicação da COVID 19; ÁSIA: China com dados de conjuntura acima da média. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de ações, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, com a crescente preocupação com a retração da economia mundial, o que acaba gerando uma piora nos índices do fluxo cambial nacional, sobretudo, se levarmos em consideração que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – Janeiro/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.503.983,58, além de receitas provenientes do Comprev R\$ 132.307,72, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020 R\$ 914.349,73, além da taxa de administração e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a aplicação de R\$ 11.757.000,79 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, fatores macroeconômicos, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação, dentre outros. Foram verificados e analisados,



ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses deverão ser objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores a serem ocasionados por conta do enfrentamento da covid-19. Não foram observados desenquadramentos na carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS, uma vez que desenquadramento verificado no fechamento da carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS referente ao mês de dezembro de 2020 foi devidamente solucionado. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.905.000,00 no fundo CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA, advindo do repasse das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência janeiro/2021; 2) R\$ 9.834.569,50 no fundo BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5 advindo do resgate do fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES; 3) R\$ 17.431,29 no fundo BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO advindos do resgate do fundo BB TP IPCA III RF PREVIDENCIÁRIO. O saldo restante de tais repasses ficaram disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de honrar com os compromissos assumidos, conforme fluxo de caixa de pagamentos. Ademais, os membros deste Comitê verificaram que na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de janeiro/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 - IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle "ENQUADRAMENTOS" disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de fevereiro/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATES financeiros para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS ou mesmo por alocação estratégica entre seus fundos. Não obstante, os membros deste Comitê, após avaliação do cenário macroeconômico, retorno da carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS e, principalmente, visando o alcance da meta atuarial anual de 2021, decidiram APROVAR a efetivação de remanejamento (alocação estratégica) de valores entre os fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS, num montante total de R\$ 9.852.000,79, a saber: R\$ 9.834.569,50 do fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES para o fundo BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5; 2) R\$ 17.431,20 do fundo BB TP IPCA III RF PREVIDENCIÁRIO para o fundo BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Administração Indireta, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS em busca de se alcançar essa meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo "GESTÃO DURATION", "IMA-B 5", ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente momento. Ademais, após deliberação, na presente reunião ordinária, os membros deste Comitê de Investimentos entenderam não ser oportuna, pelos motivos retro expostos, a aquisição de novo produto de investimentos. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 9,32% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 3,60% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN),



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Fevereiro/2021*

-----

acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente aos meses de janeiro/2021 e início de fevereiro/2021. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, pela não aquisição de novo fundo de investimentos. Ficou aprovado o resgate total (desinvestimento) do fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES pelas motivações acima elencadas. **5) Assuntos Gerais:** Auxílio emergencial. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 08/03/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Março/2021*

### ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 08/03/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos oito dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Fevereiro/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros deste Comitê que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, março/2021, dentre outras que tratam de questões macroeconômicas no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 236ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 19 e 20 de Janeiro/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam, indubitavelmente, reações nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores do mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 236ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 2,00% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, o aumento do número de casos e o aparecimento de novas cepas do vírus têm revertido os ganhos na mobilidade e deverão afetar a atividade econômica no curto prazo. No entanto, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos à implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação sólida da atividade no médio prazo. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores referentes ao final do ano passado têm surpreendido positivamente, mas não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro trimestre deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais;
- A recente elevação no preço de *commodities* internacionais e seus reflexos sobre os preços de alimentos e combustíveis implicam elevação das projeções de inflação para os próximos meses. Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, ainda que tenham se revelado mais persistentes do que o esperado. Assim, o Copom segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 3,4%, 3,5% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de R\$5,35/US\$\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 3,6% para 2021 e 3,4%

para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva até 3,25% a.a. em 2021 e 4,75% a.a. em 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o nível de ociosidade pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado, notadamente quando essa ociosidade está concentrada no setor de serviços. Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional.

Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 2,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022.

Segundo o *forward guidance* adotado em sua 232ª reunião, o Copom não reduziria o grau de estímulo monetário desde que determinadas condições fossem satisfeitas. Em vista das novas informações, o Copom avalia que essas condições deixaram de ser satisfeitas já que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estão suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária. Como consequência, o *forward guidance* deixa de existir e a condução da política monetária seguirá, doravante, a análise usual do balanço de riscos para a inflação prospectiva.

O Comitê reitera que o fim do *forward guidance* não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.

\*Valor obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio R\$/US\$ observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, em

especial a de fevereiro/2021, a qual já tratava do fim do *forward guidance*. Não obstante, com observância nas últimas decisões proferidas pelo COPOM-BACEN, relativamente à condução da política monetária, em especial no que tange ao patamar em que se encontra a taxa Selic, ainda que com estímulos monetários de médio a longo prazo, por parte das principais economias e com o avanço dos testes com a vacina do COVID-19, estes que acabam sendo medidas com reflexos importantes em países emergentes, este Comitê de Investimentos entende que os índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária, ainda que estacionados na casa dos 2% tendem a subir de forma gradual nas próximas reuniões, sobretudo, por conta da alta incerteza que rondam o mercado de capitais, sobretudo, por conta do arrefecimento dos estímulos fiscais e paralização das reformas fiscais tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento no final do ano, maior do que o apurado pelo COPOM (3,6%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação na taxa Selic, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade dos investimentos públicos, causando, reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório FOCUS-BACEN, datado de 05/03/2021 e publicado no dia 08/03/2021, além do relatório “panorama do mercado financeiro”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta do quadro macroeconômico atual, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quando da assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em títulos públicos de renda fixa, compostos com taxas pós-fixadas, diversificadas com taxas prefixadas entre “GESTÃO DURATION” e “IMA B 5”, aumentando o volume de aplicações em fundos com gestão *duration*, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, cabendo sempre a observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Com relação à macroeconomia nacional destacamos no atual momento: arrefecimento do auxílio emergencial, ociosidade do setor de serviços podendo indicar recuperação do setor caso os novos casos de COVID 19 não venha a causar reflexos no setor, pressão inflacionária e o fim do *forward guidance* pelo COPOM BACEN. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Presidente pretende usar a vacinação como estratégia para a melhora dos índices econômicos, renovando os ganhos em Wall Street; EUROPA: Aposta da vacinação como estratégia para melhora dos índices econômicos, com a Alemanha anunciando contribuição de maneira global para a erradicação da COVID 19; ÁSIA: China com dados de conjuntura acima da média. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de ações, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, com a crescente preocupação com a retração da economia mundial, o que acaba gerando uma piora nos índices do fluxo cambial nacional, sobretudo, se levarmos em consideração que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – fevereiro/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.577.760,76 além de receitas provenientes do Comprev, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020 R\$ 925.144,55 (2ª parcela), além da taxa de administração e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente

reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a aplicação de R\$ 14.996.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, fatores macroeconômicos, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação, dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses deverão ser objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores a serem ocasionados por conta do enfrentamento da covid-19. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.221.000,00 no fundo CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES, advindos de resgate do fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP FI RENDA FIXA LP 2) R\$ 1.288.000,00 no fundo CAIXA VALOR RPPS FIC AÇÕES advindos de resgate do fundo CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RENDA FIXA LP; 3) R\$ 1.288.000,00 no fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES advindos de resgate do fundo BRADESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM; 4) R\$ 967.000,00 no fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP advindos do fundo CAIXA BRASIL IMA-B; 5) R\$ 3.444.000,00 no fundo BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO advindos de resgate do fundo BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5; 6) R\$ 5.018.000,00 no fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES advindos de resgate do fundo BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5; 7) R\$ 770.000,00 no fundo BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: fevereiro/2021; 8) R\$ 1.000.000,00 no fundo CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA, advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência fevereiro/2021. O saldo restante de tais repasses ficaram disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de honrar com os compromissos assumidos, conforme fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram que na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de fevereiro/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 – IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle “ENQUADRAMENTOS” disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de março/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATES financeiros para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS ou mesmo para fins de alocação estratégica entre seus fundos visando o alcance da meta atuarial anual de 2021, num montante total de R\$ 13.585.317,47, a saber: R\$ 215.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TP FI RENDA FIXA LP para fins de cumprimento de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS com base no fluxo de caixa; 2) R\$ 967.000,00 do fundo BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI para fins de alocação no fundo BRADESCO FIA SELECTION AÇÕES; 3) R\$ 104.317,47 do fundo CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP para fins de alocação no fundo BB RETORNO TOTAL; 4) R\$ 2.576.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RENDA FIXA LP para fins de alocação no fundo CAIXA VALOR RPPS FIC AÇÕES e no fundo CAIXA BOLSA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP; 5) R\$ 1.221.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP FI RENDA FIXA LP para o fundo CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS; 6) R\$ 5.886.000,00 do fundo BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA IMA-B 5 para o fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES e para o fundo BB ALOCAÇÕES ATIVA RETORNO TOTAL; 7) R\$ 2.576.000,00 do fundo BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA para o fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES; 8) R\$ 40.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RENDA FIXA para fins de cumprimento com a folha de pagamento do IPREM CAIEIRAS. Tais resgates se encontram detalhados nas APRs de nº: 09/2021, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 13/2021, 16/2021, 18/2021 e 24/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Administração Indireta, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário

macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS no curto e médio prazo em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo "GESTÃO DURATION", "IMA-B 5", aumentando de forma moderada a exposição em fundos de renda variável, ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente momento. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 9,32% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 3,60% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de FEVEREIRO/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo e entenderam ser oportuna, pelos motivos retro expostos, a aquisição de novos produtos de investimentos, a saber: BRADESCO SELECTION FI AÇÕES e; CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP. Ficou aprovado também o resgate total (desinvestimento) do fundo CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, pelas motivações acima elencadas. **5) Assuntos Gerais:** Extinção do *forward guidance*. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 12/04/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 12/04/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Março/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros deste Comitê que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, abril/2021, dentre outras que tratam de assuntos da macroeconômicas no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 237ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 16 e 17 de Março/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam, indubitavelmente, reações nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores do mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 237ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 2,75% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos ao avanço da implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação mais robusta da atividade ao longo do ano. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração. Contudo, questionamentos dos mercados a respeito de riscos inflacionários nessas economias têm produzido uma reprecificação nos ativos financeiros, o que pode tornar o ambiente desafiador para economias emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes, em particular a divulgação do PIB do quarto trimestre, continuaram indicando recuperação consistente da economia, a despeito da redução dos programas de recomposição de renda. Essas leituras, entretanto, ainda não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento do número de casos de Covid-19. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro e segundo trimestres deste ano;
- A continuidade da recente elevação no preço de *commodities* internacionais em moeda local tem afetado a inflação corrente e causou elevação adicional das projeções para os próximos meses, especialmente através de seus efeitos sobre os preços dos combustíveis. Apesar da pressão inflacionária de curto prazo se revelar mais forte e persistente que o esperado, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,6%, 3,5% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de R\$5,70/US\$\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 5,0% para 2021 e 3,5%



para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 4,50% a.a. neste ano e para 5,50% a.a. em 2022. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 9,5% para 2021 e 4,4% para 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o agravamento da pandemia pode atrasar o processo de recuperação econômica, produzindo trajetória de inflação abaixo do esperado.

Por outro lado, um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 2,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022.

Os membros do Copom consideram que o cenário atual já não prescreve um grau de estímulo extraordinário. O PIB encerrou 2020 com crescimento forte na margem, recuperando a maior parte da queda observada no primeiro semestre, e as expectativas de inflação passaram a se situar acima da meta no horizonte relevante de política monetária. Adicionalmente, houve elevação das projeções de inflação para níveis próximos ao limite superior da meta em 2021.

Por conseguinte, o Copom decidiu iniciar um processo de normalização parcial, reduzindo o grau extraordinário do estímulo monetário. Por todos os fatores enumerados anteriormente, o Comitê julgou adequado um ajuste de 0,75 ponto percentual na taxa Selic. Na avaliação do Comitê, uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos. Além disso, o amplo conjunto de informações disponíveis para o Copom sugere que essa estratégia é compatível com o cumprimento da meta em 2022, mesmo em um cenário de aumento temporário do isolamento social.

Para a próxima reunião, a menos de uma mudança significativa nas projeções de inflação ou no balanço de riscos, o Comitê antevê a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude. O Copom ressalta que essa visão para a próxima reunião continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, e das projeções e expectativas de inflação.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa

Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.”

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, em especial a de março/2021, a qual já tratava do provável aumento da taxa Selic. Ademais, este Comitê de Investimentos entende que os índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária, ainda que no atual patamar atual de 2,75% tendem a subir de forma gradual nas próximas reuniões, sobretudo, por conta da alta incerteza que rondam o mercado de capitais, sobretudo, por conta de ociosidade em setores da macroeconomia nacional e internacional, arrefecimento dos estímulos e paralização das reformas fiscais e conforme o próprio COPOM menciona há risco em todas as direções, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento no final do ano, maior do que o apurado pelo COPOM (5,00%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação na taxa Selic, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade dos investimentos públicos, causando, reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório FOCUS-BACEN, datado de 09/04/2021 e publicado no dia 12/04/2021, além do relatório “panorama do mercado financeiro”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta do quadro macroeconômico atual, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quando da assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “IMA-B 5 (MÉDIO PRAZO)” e “AÇÕES” por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista não ser prudente assumir riscos no curto prazo, ante às incertezas que rondam o mercado financeiro, conforme variáveis acima expostas, cabendo sempre a observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis: arrefecimento dos estímulos fiscais (fator de risco), ociosidade em setores da economia, aumento do valor de *commodities*, pressão inflacionária. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Economia estabilizada, porém, com atenção à taxa de desemprego na casa de 9,5%; ÁSIA: China com PIB crescendo abaixo do esperado e ações de tecnologia apresentando volatilidade alta; EUROPA: Necessidade de novos estímulos fiscais, com especial atenção à economia alemã. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, com a crescente preocupação com a retração da economia mundial, o que acaba gerando uma piora nos índices do fluxo cambial nacional, sobretudo, se levarmos em consideração que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência - março/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.574.672,67 além de receitas

provenientes do Comprev: R\$ 2.632,92, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020: R\$ 942.254,61 (3ª parcela), além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 1.495.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, fatores macroeconômicos, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação, dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses deverão ser objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores a serem ocasionados por conta do enfrentamento da covid-19, em especial as incertezas que rondam as macroeconomias. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização da seguinte aplicação financeira, a ser realizada em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.495.000,00 no fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: MARÇO/2021, visando a valorização de suas contas baseada em riscos de empresas norte-americanas. O saldo restante de tais repasses ficaram disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de honrar com os compromissos assumidos, conforme fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram que na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de março/2021, qualquer tipo de desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 - IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle "ENQUADRAMENTOS" disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de abril/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS (compromissos complementares com a folha de pagamento no mês de abril/2021), a saber: R\$ 82.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA. O presente resgate se encontra detalhado na APR de nº: 27/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Administração Indireta, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo "GESTÃO DURATION", "IMA-B 5", aumentando de forma moderada a exposição em fundos de renda variável (AÇÕES), ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 10,32% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 4,60% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedeceram a



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - ABRIL/2021*

ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de Março/2021 até a presente data. Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram e aprovaram a transferência de valores constantes na conta da PLANNER para a conta corrente do IPREM CAIEIRAS, relativamente aos dividendos distribuídos pelo fundo BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII – CARE 11 (Amortização). **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo e entenderam não ser oportuna, pelos motivos retro expostos, a aquisição de novos produtos de investimentos. Também não foi aprovado o resgate total (desinvestimento) de quaisquer dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEITRAS, pelas motivações acima elencadas. **5) Assuntos Gerais:** Distribuição de Dividendos do fundo FUNDO BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII – CARE 11; Produto Interno Bruto, Certificação Anbima. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/05/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 10/05/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Abril/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, maio/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 238ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 04 e 05 de Maio/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam, indubitavelmente, reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores do mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 238ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 3,50% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos ao avanço da implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação mais robusta da atividade ao longo do ano. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração. Contudo, questionamentos dos mercados a respeito de riscos inflacionários nessas economias podem tornar o ambiente desafiador para países emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes mostram uma evolução mais positiva do que o esperado, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia estar maior do que o antecipado. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia ainda permanece acima da usual, mas aos poucos deve ir retornando à normalidade;
- Com exceção do petróleo, os preços internacionais das commodities continuaram em elevação, com impacto sobre as projeções de preços de alimentos e bens industriais. Além disso, a transição para patamares mais elevados de bandeira tarifária deve manter a inflação pressionada no curto prazo. O Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se no topo do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 5,0%, 3,6% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de R\$5,40/US\$, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 5,1% para 2021 e 3,4% para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 5,50% a.a. neste ano e para 6,25% a.a. em 2022. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 8,4% para 2021 e 5,0% para 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o processo de recuperação econômica dos efeitos da pandemia pode ser mais lento do que o estimado, produzindo trajetória de inflação abaixo do esperado.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que piorem a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem pressionar ainda mais os prêmios de risco do país. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 3,50% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de estabilização de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

Neste momento, o cenário básico do Copom indica ser apropriada uma normalização parcial da taxa de juros, com a manutenção de algum estímulo monetário ao longo do processo de recuperação econômica. O comitê enfatiza, entretanto, que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude. O Copom ressalta que essa visão continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Souza.”

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, em especial a de abril/2021, a qual já tratava do provável aumento da taxa Selic. Esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária, ainda que no atual patamar atual de 3,50% tendem a subir de forma gradual nas próximas reuniões, sobretudo, diante do cenário básico retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na incerteza sobre o risco de inflação de alguns países desenvolvidos, aumento no valor das commodities, paralização das reformas fiscais, além do risco em todas as direções, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento no final do ano, maior do que o apurado pelo COPOM (5,10%). Por consequência, tais medidas, em caso de elevação

na taxa Selic, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de 07/05/2021 e publicado no dia 10/05/2021, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário atual, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “IMA-B 5 (MÉDIO PRAZO)” e “AÇÕES” por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo, ante às incertezas que rondam o mercado financeiro, conforme variáveis acima expostas, cabendo sempre a observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis: Preocupação com a política fiscal, em especial com o teto de gastos do governo, política mais contracionista do Bacen, apesar da Pec Emergencial, aumento do valor de *commodities*, pressão inflacionária sobre alimentos e bens industriais. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Cenário mais otimista tanto em relação à imunização da população quanto aos investimentos a serem aportados na economia por parte do governo tanto na infraestrutura quanto na área de saúde; ÁSIA: Recuperação econômica é a boa notícia, após a retração da economia registrada no ano passado, o que pode ser bom para economias emergentes como a do Brasil; EUROPA: A recuperação da economia norte americana e da Ásia também, puxaram os bons índices da economia da Zona do Euro. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, apesar da boa recuperação econômica dos grandes mercados. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – abril/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.556.240,50, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020: R\$ 945.879,08 (4ª parcela), além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 1.510.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses deverão ser objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual,

porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização da seguinte aplicação financeira, a ser realizada em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.510.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: abril/2021, por se apresentar no presente momento uma alternativa viável de alocação estratégica, em função de sua baixa volatilidade. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram que na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS apresentou, no fechamento do mês de abril/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 – IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no [link](#) de controle “ENQUADRAMENTOS” disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos, sendo o desenquadramento passivo do total aplicado em renda variável em 0,34%, ocasionado por conta da distribuição de dividendos relativos ao fundo Brazilian Graveyard and Death Care. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de maio/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS (compromissos complementares com a folha de pagamento), a saber: R\$ 40.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP. O presente resgate se encontra detalhado na APR de nº: 29/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, Pressão inflacionária nacional e internacional. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo “GESTÃO DURATION”, “IMA-B 5”, aumentando de forma moderada a exposição em fundos de renda variável (AÇÕES), ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 10,72% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 5,00% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de Abril/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam não ser oportuna, a aquisição de novos produtos de investimentos. Também não foi aprovado o resgate total (desinvestimento) de quaisquer de tais fundos. **5) Assuntos Gerais:** Distribuição de Dividendos do fundo FUNDO BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII – CARE 11; Tramitação da PEC. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/06/2021 às 10 horas, na





## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Maio | 2021*

-----

sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 10/06/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Maio/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, Junho/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 238ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 04 e 05 de Maio/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 238ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 3,50% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos ao avanço da implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação mais robusta da atividade ao longo do ano. A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração. Contudo, questionamentos dos mercados a respeito de riscos inflacionários nessas economias podem tornar o ambiente desafiador para países emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes mostram uma evolução mais positiva do que o esperado, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia estar maior do que o antecipado. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia ainda permanece acima da usual, mas aos poucos deve ir retornando à normalidade;
- Com exceção do petróleo, os preços internacionais das commodities continuaram em elevação, com impacto sobre as projeções de preços de alimentos e bens industriais. Além disso, a transição para patamares mais elevados de bandeira tarifária deve manter a inflação pressionada no curto prazo. O Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se no topo do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 5,0%, 3,6% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de R\$5,40/US\$, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 5,1% para 2021 e 3,4% para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 5,50% a.a. neste ano e para 6,25% a.a. em 2022. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 8,4% para 2021 e 5,0% para 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o processo de recuperação econômica dos efeitos da pandemia pode ser mais lento do que o estimado, produzindo trajetória de inflação abaixo do esperado.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que piorem a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem pressionar ainda mais os prêmios de risco do país. O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 3,50% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de estabilização de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

Neste momento, o cenário básico do Copom indica ser apropriada uma normalização parcial da taxa de juros, com a manutenção de algum estímulo monetário ao longo do processo de recuperação econômica. O comitê enfatiza, entretanto, que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude. O Copom ressalta que essa visão continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Souza.”

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, em especial a de abril/2021 e Maio/2021, a qual já tratava da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para o restante do exercício fiscal. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária, ainda que no atual patamar atual de 3,50% tendem a subir de forma gradual nas próximas reuniões, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (239ª) acreditamos que ocorra um novo aumento na ordem de pelo menos 0,50%, sobretudo, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na incerteza sobre o risco de inflação de alguns países desenvolvidos, aumento no valor das

*commodities*, arrefecimento de reformas fiscais, além da contatação de risco em todas as direções, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (5,10%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação dessa Taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de 04/06/2021 e publicado no dia 07/06/2021, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “IMAs” e “IDKA IPCA 2A”, “DI”, “FUNDO DE AÇÕES”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, por conta das variáveis acima expostas, cabendo sempre a observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis: Resultado positivo das contas externas por conta da alta no preço das *commodities*, alta do mercado acionário, porém com preocupação com a política mais contracionista do Bacen, em função das incertezas com a economia das grandes potências. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Índices de mercado em pequena oscilação, dispario do aumento do PIB, Estímulos fiscais desvalorizando o dólar e causando valorização do real; ÁSIA: Tensão entre EUA e China causando volatilidade nos índices do mercado financeiro, Crescimento econômico crescendo por conta das exportações pelo quarto mês consecutivo, que pode ser bom para economias emergentes como a do Brasil pelo fornecimento de *commodities*; EUROPA: Reaquecimento dos índices macroeconômicos. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, apesar da boa recuperação econômica dos grandes mercados. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência - maio/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.576.805,57, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020: R\$ 964.117,94 (5ª parcela), além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 2.575.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses deverão ser objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor

resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização da seguinte aplicação financeira, a ser realizada em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 535.000,00 no fundo BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: maio/2021; 2) R\$ 1.000.000,00 no fundo BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: maio/2021 e; 3) R\$ 1.040.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP advindos do valor relativo ao repasse do parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal nº 173/2020. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS apresentou, no fechamento do mês de MAIO/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 – IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle “ENQUADRAMENTOS” disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos, sendo o desenquadramento passivo do total aplicado em renda variável em 0,80%, o que deverá ser solucionado no momento oportuno e conveniente. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de Junho/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS (compromissos complementares com a folha de pagamento), a saber: R\$ 1.057.730,87 do fundo CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP. O presente resgate se encontra detalhado na APR de nº: 32/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo “GESTÃO DURATION”, “IMAs”, “IDKA IPCA 2A”, “DI”, aumentando de forma moderada a exposição em fundos de renda variável (AÇÕES), ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 10,72% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 5,00% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de MAIO/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam não



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Junho/2021*

-----

ser oportuna, a aquisição de novos produtos de investimentos. Fico aprovado por unanimidade o desinvestimento total do fundo CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP. **5) Assuntos Gerais:** Questões políticas em torno da vacinação; Comprev. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 12/07/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 12/07/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos doze dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Junho/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, Julho/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 239ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 15 e 16 de Junho/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 239ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 4,25% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, estímulos fiscais e monetários em alguns países desenvolvidos promovem uma recuperação robusta da atividade econômica. Devido à presença de ociosidade, a comunicação dos principais bancos centrais sugere que os estímulos monetários terão longa duração. Contudo, a incerteza segue elevada e uma nova rodada de questionamentos dos mercados a respeito dos riscos inflacionários nessas economias pode tornar o ambiente desafiador para países emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia, os indicadores recentes continuam mostrando evolução mais positiva do que o esperado, implicando revisões relevantes nas projeções de crescimento. Os riscos para a recuperação econômica reduziram-se significativamente;
- A persistência da pressão inflacionária revela-se maior que o esperado, sobretudo entre os bens industriais. Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do Real. O Comitê segue atento à evolução desses choques e seus potenciais efeitos secundários, assim como ao comportamento dos preços de serviços conforme os efeitos da vacinação sobre a economia se tornam mais significativos;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 5,8%, 3,8% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de USD/BRL 5,05\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 5,8% para 2021 e 3,5% para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 6,25% a.a. neste ano e para 6,50% a.a. em 2022. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 9,7% para 2021 e 5,1% para 2022. Adota-se uma hipótese neutra

para a bandeira tarifária de energia elétrica, que se mantém em "vermelha patamar 1" em dezembro de cada ano-calendário.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das *commodities* internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar da melhora recente nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública, o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 4,25% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

Neste momento, o cenário básico do Copom indica ser apropriada a normalização da taxa de juros para patamar considerado neutro. Esse ajuste é necessário para mitigar a disseminação dos atuais choques temporários sobre a inflação. O Comitê enfatiza, novamente, que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê a continuação do processo de normalização monetária com outro ajuste da mesma magnitude. Contudo, uma deterioração das expectativas de inflação para o horizonte relevante pode exigir uma redução mais tempestiva dos estímulos monetários. O Comitê ressalta que essa avaliação também dependerá da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e de como esses fatores afetam as projeções de inflação.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza."

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, as quais já tratavam da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para o restante do exercício fiscal, sendo que na reunião de Junho/2021 se espera uma alta de ao menos 0,50% dessa taxa. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária para a estabilidade dos



preços, ainda que no atual patamar atual de 4,25%, continuam com uma tendência firme de aumento gradual nas reuniões que ocorrerão até o final do presente exercício, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (240ª) acreditamos que ocorra um novo aumento na ordem de pelo menos 0,5 ponto percentual, sobretudo, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na incerteza sobre o risco de inflação de alguns países desenvolvidos, expectativa de um crescimento econômico um pouco melhor do que o esperado, ainda que haja dúvidas em relação ao cenário externo e inflação persistente, dentre outros, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (5,80%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação dessa Taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de 09/07/2021 e publicado no dia de hoje, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “IDKA IPCA 2A”, “FUNDO DE AÇÕES”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, por conta das variáveis acima expostas, cabendo o resgate de valores do fundo IRF M1 na importância de R\$ 980.000,00 por serem de curto prazo e com rendimento atual menor que a taxa Selic, além da observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis atuais: Índice de crescimento econômico acima do esperado mesmo com incertezas elevadas em alguns países desenvolvidos, pressão inflacionária persistente, prudência com investimentos de curto prazo, aumento de taxa Selic, principalmente, por conta das incertezas externas e pressão inflacionária. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Disparada do PIB no 1º trimestre, aumento das ações de tecnologias, continuidade nos estímulos fiscais, níveis inflacionários ainda acima do esperado; Estímulos fiscais desvalorizando o dólar e causando valorização do real; ÁSIA: Tensão entre EUA e China causando volatilidade nos índices do mercado financeiro, economia crescendo por conta das exportações, o que pode ser bom para economias emergentes como a do Brasil pelo fornecimento de *commodities*; EUROPA: Reaquecimento dos índices macroeconômicos. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, apesar da boa recuperação econômica dos grandes mercados. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – junho/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.582.458,80, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020: R\$ 979.140,01 (6ª parcela), além da taxa de administração:

R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 2.485.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses continuarão sendo objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização da seguinte aplicação financeira, a ser realizada em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 835.000,00 no fundo BB AGRO FIC AÇÕES advindos de parte do valores dos repasses mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: junho/2021; 2) R\$ 700.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP advindos de parte do valor dos repasses mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: junho/2021; 3) R\$ 230.000,00 no fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP advindos do valor relativo ao repasse do parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal nº 173/2020 e; 4) R\$720.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, advindos do valor de parte do repasse do parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal nº 173/2020. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de junho/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 – IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no [link](#) de controle “ENQUADRAMENTOS” disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de Julho/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS, além de compromisso complementar tal como a folha de pagamento, a saber: 1) R\$ 20.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA e; 2) R\$ 960.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA. Os citados resgates se encontram detalhados nas APRs de nº: 34/2021 e 37/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias e cenário de riscos em várias direções. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo “GESTÃO DURATION”, “IDKA IPCA 2ª” e “FUNDO DE AÇÕES”, aumentando de forma moderada a exposição em fundos de renda variável (AÇÕES), ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 11,52% ao final do exercício



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Julho 2021*

-----

financeiro de 2021, sendo 5,80% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de junho/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam ser oportuna, a aquisição de novo produto de investimentos, a saber: BB AGRO FIC AÇÕES. Ficou aprovado por unanimidade o não desinvestimento de quaisquer dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. **5) Assuntos Gerais:** Política de vacinação e crise hídrica. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/08/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 10/08/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de Julho/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, AGOSTO/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 240ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 03 e 04 de Agosto/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 240ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 5,25% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, a evolução da variante Delta da Covid-19 adiciona risco à recuperação da economia global. O Comitê avalia que, a despeito dos movimentos recentes nas curvas de juros, ainda há risco relevante de aumento da inflação nas economias centrais. Ainda assim, o ambiente para países emergentes segue favorável com os estímulos monetários de longa duração, os programas fiscais e a reabertura das principais economias;
- Em relação à atividade econômica brasileira, os indicadores recentes continuam mostrando evolução positiva e não ensejam mudança relevante para o cenário prospectivo, o qual contempla recuperação robusta do crescimento econômico ao longo do segundo semestre;
- A inflação ao consumidor continua se revelando persistente. Os últimos indicadores divulgados mostram composição mais desfavorável. Destacam-se a surpresa com o componente subjacente da inflação de serviços e a continuidade da pressão sobre bens industriais, causando elevação dos núcleos. Além disso, há novas pressões em componentes voláteis, como a possível elevação do adicional da bandeira tarifária e os novos aumentos nos preços de alimentos, ambos decorrentes de condições climáticas adversas. Em conjunto, esses fatores acarretam revisão significativa das projeções de curto prazo;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 6,8%, 3,8% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de USD/BRL 5,15\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 6,5% para 2021, 3,5% para 2022 e 3,2% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 7,00% a.a. neste ano, mantém-se nesse valor durante 2022 e reduz-se para 6,50% a.a. em 2023. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 10,0%

para 2021 e 4,6% para 2022 e 2023. Adota-se uma hipótese neutra para a bandeira tarifária de energia elétrica, que se mantém em "vermelha patamar 1" em dezembro de cada ano-calendário.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das *commodities* internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar da melhora recente nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública, o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 1,00 ponto percentual, para 5,25% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022 e, em grau menor, o de 2023. Esse ajuste também reflete a percepção do Comitê de que a piora recente em componentes inerciais dos índices de preços, em meio à reabertura do setor de serviços, poderia provocar uma deterioração adicional das expectativas de inflação. O Copom considera que, neste momento, a estratégia de ser mais tempestivo no ajuste da política monetária é a mais apropriada para garantir a ancoragem das expectativas de inflação. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado um ciclo de elevação da taxa de juros para patamar acima do neutro.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude. O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza."

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, as quais já tratavam da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para

o restante do exercício fiscal, sendo que na reunião de Julho/2021 se espera uma alta de ao menos 0,50% dessa taxa. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic em 1,00 ponto percentual relatando ainda que um ciclo de aumentos sequenciais se inicia. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária para a estabilidade dos preços, ainda que no atual patamar atual de 5,25%, continuam com uma tendência firme de aumento nas reuniões que ocorrerão até o final do presente exercício, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (241ª) acreditamos que ocorra um novo aumento entre 0,5% e 0,75% ao menos, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na incerteza sobre o risco de inflação de alguns países desenvolvidos, expectativa de um crescimento econômico um pouco melhor do que o esperado, ainda que haja dúvidas em relação ao cenário externo e inflação persistente, dentre outros, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (6,50%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação dessa taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de - 06/08/2021 e publicado no dia de ontem, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “FUNDO DE AÇÕES” e “AÇÕES EXTERIOR”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, por conta das variáveis acima expostas, cabendo o resgate de valores aplicados em fundos de investimentos atrelados à índices de inflação tais como: “IMA-B” e “IPCA III”, além da observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis atuais: Crise hídrica causando aumento da bandeira tarifária, condições climáticas adversar elevando o preço dos alimentos e pressão inflacionária, processo de imunização da população, prudência em relação aos investimentos de curto prazo, aumento de taxa Selic, principalmente, por conta das incertezas externas. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Aumento do índice inflacionário, processo de rápida imunização da população contra covid 19 com expectativas de melhora da economia, com a certeza de elevação da taxa balizadora da economia norteamericana pelo FED; ÁSIA: Ainda tensa a relação entre EUA e China causando volatilidade nos índices do mercado financeiro, No Japão mantém-se a taxa de juros e estímulos fiscais para empresas; EUROPA: Bolsas com índices em queda. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência - julho/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O

montante repassado totalizou: R\$ 1.598.139,06, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, Parcelamento das contribuições patronais suspensas pela Lei Federal 173/2020: R\$ 998.455,86 (7ª parcela), além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 7.537.430,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, as distribuições de cotas de fundos de investimentos, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses continuarão sendo objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.520.000,00 no fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NIVEL I advindos do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: julho/2021; 2) R\$ 17.430,00 no fundo BB AGRO FIC AÇÕES advindos da distribuição de cotas do fundo BB TP IPCA III RF PREVIDENCIÁRIO e; 3) R\$ 6.000.000,00 no fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP advindos de resgate do fundo CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de julho/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 - IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle "ENQUADRAMENTOS" disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de Agosto/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de alocação estratégica em outros fundos de investimentos de sua carteira, quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS, além de compromisso complementar tal como a folha de pagamento, a saber: 1) R\$ 17.430,00 do fundo BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO para fins de realocação estratégica no fundo BB AÇÕES AGRO; 2) R\$ 6.000.000,00 do fundo CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP para fins de realocação estratégica no fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP em cumprimento de sua meta atuarial e; 3) R\$ 950.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP para fins de cumprir com compromissos assumidos pela unidade gestora, bem como pelo pagamento da folha de pagamento relativa ao mês de competência: agosto/2021. Os citados resgates se encontram detalhados nas APRs de nº: 41/2021, 43/2021 e 45/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias e cenário de riscos apontado para várias direções. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com

disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo "GESTÃO DURATION", "AÇÕES EXTERIOR" e "FUNDO DE AÇÕES", aumentando de forma moderada a exposição em "fundos de ações no exterior" preferencialmente, BDRs, ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 12,52% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 6,80% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de julho/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam ser oportuna, a aquisição de novo produto de investimentos, a saber: CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I. Ficou aprovado por unanimidade o não desinvestimento de quaisquer dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. **5) Assuntos Gerais:** Crise hídrica, adversidades climáticas, além de aprovação, renovação e credenciamento de BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/09/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_



---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 10/09/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de agosto/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, setembro/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 240ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 03 e 04 de Agosto/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 240ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 5,25% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, a evolução da variante Delta da Covid-19 adiciona risco à recuperação da economia global. O Comitê avalia que, a despeito dos movimentos recentes nas curvas de juros, ainda há risco relevante de aumento da inflação nas economias centrais. Ainda assim, o ambiente para países emergentes segue favorável com os estímulos monetários de longa duração, os programas fiscais e a reabertura das principais economias;
- Em relação à atividade econômica brasileira, os indicadores recentes continuam mostrando evolução positiva e não ensejam mudança relevante para o cenário prospectivo, o qual contempla recuperação robusta do crescimento econômico ao longo do segundo semestre;
- A inflação ao consumidor continua se revelando persistente. Os últimos indicadores divulgados mostram composição mais desfavorável. Destacam-se a surpresa com o componente subjacente da inflação de serviços e a continuidade da pressão sobre bens industriais, causando elevação dos núcleos. Além disso, há novas pressões em componentes voláteis, como a possível elevação do adicional da bandeira tarifária e os novos aumentos nos preços de alimentos, ambos decorrentes de condições climáticas adversas. Em conjunto, esses fatores acarretam revisão significativa das projeções de curto prazo;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 6,8%, 3,8% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de USD/BRL 5,15\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 6,5% para 2021, 3,5% para 2022 e 3,2% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 7,00% a.a. neste ano, mantém-se nesse valor durante 2022 e reduz-se para 6,50% a.a. em 2023. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 10,0%

para 2021 e 4,6% para 2022 e 2023. Adota-se uma hipótese neutra para a bandeira tarifária de energia elétrica, que se mantém em "vermelha patamar 1" em dezembro de cada ano-calendário.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das *commodities* internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar da melhora recente nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública, o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 1,00 ponto percentual, para 5,25% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022 e, em grau menor, o de 2023. Esse ajuste também reflete a percepção do Comitê de que a piora recente em componentes inerciais dos índices de preços, em meio à reabertura do setor de serviços, poderia provocar uma deterioração adicional das expectativas de inflação. O Copom considera que, neste momento, a estratégia de ser mais tempestivo no ajuste da política monetária é a mais apropriada para garantir a ancoragem das expectativas de inflação. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado um ciclo de elevação da taxa de juros para patamar acima do neutro.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude. O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza."

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, as quais já tratavam da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para

o restante do exercício fiscal, sendo que na reunião de Julho/2021 e Agosto/2021 se espera uma alta de ao menos 0,50% dessa taxa. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic em 1,00 ponto percentual relatando ainda que um ciclo de aumentos sequenciais se inicia. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária para a estabilidade dos preços, ainda que no atual patamar atual de 5,25%, continuam com uma tendência firme de aumento nas reuniões que ocorrerão até o final do presente exercício, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (241ª) acreditamos que ocorra um novo aumento entre 0,5% e 0,75% ao menos, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na incerteza sobre o risco de inflação de alguns países desenvolvidos, expectativa de um crescimento econômico um pouco melhor do que o esperado, ainda que haja dúvidas em relação ao cenário externo e inflação persistente, dentre outros, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (6,50%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação dessa taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de - 03/09/2021 e publicado no dia de 06/09/2021, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “FUNDO DE AÇÕES” e “AÇÕES EXTERIOR”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, por conta das variáveis acima expostas, cabendo o resgate de valores aplicados em fundos de investimentos atrelados à índices de inflação, principalmente o “IMA-B”, além da observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis atuais: Quadro econômico atual com capacidade de afastar investidores estrangeiros, gerando, problemas políticos com relação à votação das reformas fiscais e econômicas necessárias, tensão entre Executivo e Supremo Tribunal Federal, gerando mais volatilidade, porém, alta da bolsa e da arrecadação de impostos observadas no período. prudência em relação aos investimentos de curto prazo, aumento de taxa Selic, principalmente, por conta das incertezas externas. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Aumento do índice inflacionário, redução de estímulos fiscais conforme Ata do FED, alguns economistas crêem que essa situação é transitória; ÁSIA: Ainda tensa a relação entre EUA e China causando volatilidade nos índices do mercado financeiro; EUROPA: Bolsas com índices em queda. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, gerando um desafio para o balizamento da economia de países emergentes tais com o Brasil. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições

previdenciárias, relativamente ao mês de competência – agosto/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.692.413,16, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 2.455.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses continuarão sendo objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial, gerando grandes desafios aos países emergentes. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 950.000,00 no fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I, advindos do valor do parcelamento da contribuição previdenciária patronal relativamente ao mês de agosto/2021 e; 2) R\$ 1.505.000,00 no fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I, advindo do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: agosto/2021. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de agosto/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 – IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no [link](#) de controle “ENQUADRAMENTOS” disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de setembro/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS, além de compromisso complementar tal como a folha de pagamento do mês de competência: setembro/2021, a saber: 1) R\$ 1.050.000,00 do fundo do fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, para fins de cumprir com os compromissos assumidos pela unidade gestora, bem como pelo pagamento da folha de pagamento relativa ao mês de competência: setembro/2021. Os citados resgate se encontra detalhado na APRs de nº: 48/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias e cenário de riscos apontado para várias direções. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo “GESTÃO DURATION”, “AÇÕES EXTERIOR” e “FUNDO DE AÇÕES”, aumentando de forma moderada a exposição em fundos “GESTÃO DURATION” e “fundos de ações no exterior” preferencialmente, BDRs, ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Setembro/2021*

-----

acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 13,30% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 7,28% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de agosto/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam não ser oportuna, a aquisição de novo produto de investimentos. Ficou aprovado por unanimidade o não desinvestimento de quaisquer dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. **5) Assuntos Gerais:** política nacional e vacinação contra covid 19. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 08/10/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

Comitê de Investimentos - Outubro/2021

### ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 08/10/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Mucelini Turbuk

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de setembro/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, outubro/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 241ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 21 e 22 de setembro/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 241ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 6,25% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo observam-se dois fatores adicionais de risco para o crescimento das economias emergentes. Primeiro, reduções nas projeções de crescimento das economias asiáticas, refletindo a evolução da variante Delta da Covid-19. Segundo, o aperto das condições monetárias em diversas economias emergentes, em reação a surpresas inflacionárias recentes. No entanto, os estímulos monetários de longa duração e a reabertura das principais economias ainda sustentam um ambiente favorável para países emergentes. O Comitê mantém a avaliação de que questionamentos dos mercados a respeito dos riscos inflacionários nas economias avançadas podem tornar o ambiente desafiador para países emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, a divulgação do PIB do segundo trimestre, assim como os indicadores mais recentes, continua mostrando evolução positiva e não enseja mudança relevante para o cenário prospectivo, o qual contempla recuperação robusta do crescimento econômico ao longo do segundo semestre;
- A inflação ao consumidor segue elevada. A alta nos preços dos bens industriais – decorrente de repasses de custos, das restrições de oferta e do redirecionamento da demanda em direção a bens – ainda não arrefeceu e deve persistir no curto prazo. Ademais, nos últimos meses os preços dos serviços cresceram a taxas mais elevadas, refletindo a gradual normalização da atividade no setor, dinâmica que já era esperada. Adicionalmente, persistem as pressões sobre componentes voláteis como alimentos, combustíveis e, especialmente, energia elétrica, que refletem fatores como câmbio, preços de *commodities* e condições climáticas desfavoráveis;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 8,3%, 4,1% e 3,25%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de USD/BRL 5,25\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra

(PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 8,5% para 2021, 3,7% para 2022 e 3,2% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 8,25% a.a. neste ano e para 8,50% a.a. durante 2022, e reduz-se para 6,75% a.a. em 2023. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 13,7% para 2021, 4,2% para 2022 e 4,8% para 2023. Adota-se a hipótese de bandeiras tarifárias "escassez hídrica" em dezembro de 2021 e "vermelha patamar 2" em dezembro de 2022 e dezembro de 2023.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das *commodities* internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar da melhora recente nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública, o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 1,00 ponto percentual, para 6,25% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022 e, em grau menor, o de 2023. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

O Copom considera que, no atual estágio do ciclo de elevação de juros, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante e, simultaneamente, permitir que o Comitê obtenha mais informações sobre o estado da economia e o grau de persistência dos choques. Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance no território contracionista.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude. O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza. “

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, as quais já tratavam da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para o restante do exercício fiscal, sendo que na reunião de Setembro/2021 se esperava uma alta de ao menos 0,50% a 0,75% dessa taxa. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic em 1,00 ponto percentual reiterando que um ciclo de aumentos sequenciais se inicia. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária para a estabilidade dos preços, ainda que no atual patamar atual de 6,25%, continuem com uma tendência firme de elevação nas reuniões que ocorrerão até o final do presente exercício, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (242<sup>a</sup>) acreditamos que ocorra um novo aumento entre 1,00% e 1,25% ao menos, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na incerteza sobre o risco de inflação de alguns países desenvolvidos, redução no crescimento de economias asiáticas e emergentes. tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (6,50%). Por conseqüência, tais medidas, em caso de elevação dessa taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de - 01/10/2021 e publicado no dia de 04/10/2021, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “FUNDO DE AÇÕES” e “AÇÕES EXTERIOR”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, por conta das variáveis acima expostas, cabendo o resgate de valores aplicados em fundos de investimentos atrelados à índices de inflação, ou menos voláteis tais como: IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A, além da observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis atuais: Fechamento do mês do Ibovespa em queda, sendo o pior fechamento desde março/2021, atrito entre poderes administrativo e judiciário, inflação alta nos preços para o consumidor por conta do valor dos bens industriais, pressão inflacionária para itens como alimentos e combustíveis, prudência em relação aos investimentos de curto prazo, aumento de taxa Selic, principalmente, por conta das incertezas externas. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Fechamento negativo no mês de setembro por conta de feriados e FED cauteloso em relação a normalização da política monetária; ÁSIA: Redução na projeção de crescimento das economias asiáticas, apesar do crescimento de 5,3 do PIB Chinês, porém, abaixo do esperado que era próximo de 6%. EUROPA: Quadro de pressão inflacionária acima do patamar esperado. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, gerando um desafio para o balizamento da economia de países emergentes tais com o Brasil. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as



demais potencias econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência - setembro/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.576.548,21, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 4.055.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses continuarão sendo objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial, gerando grandes desafios aos países emergentes. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.555.000,00 no fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I, advindos do valor do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: setembro/2021; 2) R\$ 1.500.000,00 no fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP advindo de parte do resgate do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP e; 3) R\$ 1.000.000,00 no fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I, advindos de parte do resgate do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de SETEMBRO/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 - IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle "ENQUADRAMENTOS" disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de setembro/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS, além de compromisso complementar tal como a folha de pagamento do mês de competência: setembro/2021 e realocação estratégica, a saber: 1) R\$ 2.500.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, para fins de realocação estratégica no valor de R\$ 1.000.000,00 para o fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I e R\$ 1.500.000,00 para o fundo CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP e; 2) R\$ 1.035.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA para fins de que o IPREM CAIEIRAS honre com seus compromissos assumidos e com a folha de pagamento relativa ao mês de competência outubro/2021, por se tratar de um fundo menos volátil, ideal para fazer frente às despesas correntes desta unidade gestora. Os citados resgates se encontram detalhados nsa APRs de nº: 50/2021 e 53/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias e cenário de riscos apontando para várias direções. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo,

porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo "GESTÃO DURATION", "AÇÕES EXTERIOR" e "FUNDO DE AÇÕES", aumentando de forma moderada a exposição em "fundos de ações no exterior" preferencialmente, BDRs, ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 14,02% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 8,30% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de agosto/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam não ser oportuna, a aquisição de novo produto de investimentos. Ficou aprovado por unanimidade o não desinvestimento de quaisquer dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. **5) Assuntos Gerais:** PIB, política nacional e vacinação contra covid 19. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/11/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA MUCELINI TURBUK: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 10/11/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Nascimento Mucelini

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de outubro/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, novembro/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 242ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 26 e 27 de outubro/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 242ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 7,75% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, o ambiente tem se tornado menos favorável e a reação dos bancos centrais frente à maior persistência da inflação deve levar a um cenário mais desafiador para economias emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores divulgados desde a última reunião mostram uma evolução ligeiramente abaixo da esperada;
- A inflação ao consumidor continua elevada. A alta dos preços veio acima do esperado, liderada pelos componentes mais voláteis, mas observam-se também pressões adicionais nos itens associados à inflação subjacente;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 9,0%, 4,4% e 3,3%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de USD/BRL 5,60\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 9,5% para 2021, 4,1% para 2022 e 3,1% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 8,75% a.a. neste ano e para 9,75% a.a. durante 2022, terminando o ano em 9,50%, e reduz-se para 7,00% a.a. em 2023. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 17,1% para 2021, 5,2% para 2022 e 5,1% para 2023. Adota-se a hipótese de bandeiras tarifárias "escassez hídrica" em dezembro de 2021 e "vermelha patamar 2" em dezembro de 2022 e dezembro de 2023.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das *commodities* internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país.

Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o Comitê avalia que recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos. Isso implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário básico.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 1,50 ponto percentual, para 7,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante, que inclui os anos-calendário de 2022 e 2023. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

O Copom considera que, diante da deterioração no balanço de riscos e do aumento de suas projeções, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante. Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance ainda mais no território contracionista.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude. O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.”

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, as quais já tratavam da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para o restante do exercício fiscal, sendo que na reunião de outubro/2021 se esperava uma alta de ao menos 1,00% a 1,25% dessa taxa. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic em 1,5 ponto percentual reiterando que um ciclo de aumentos sequenciais se inicia. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária para a estabilidade dos preços, ainda que no atual patamar atual de 7,75%, continuem com uma tendência firme de elevação nas reuniões que ocorrerão até o final do presente exercício, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (243<sup>a</sup>) acreditamos que ocorra um novo aumento entre 1,00% e 1,25% ao menos, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na persistência dos índices elevados de inflação, redução no crescimento de economias asiáticas e emergentes, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (6,50%), conforme já observado atualmente. Por consequência, tais medidas, em caso de

elevação dessa taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de 05/11/2021 e publicado no dia de 08/11/2021, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, dando preferência para aplicações no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “FUNDO DE AÇÕES” e “AÇÕES EXTERIOROR”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, por conta das variáveis acima expostas, cabendo o resgate de valores aplicados em fundos de investimentos atrelados à índices de inflação, ou menos voláteis tais como: IRF-M 1, além da observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis atuais: Evolução econômica abaixo da esperada, inflação de preços ao consumidor com índices elevados, cenário desafiador devido ao cenário fiscal nacional deteriorado e cenário externo desfavorável, preocupação com o teto de gastos, atrito entre poderes administrativo e judiciário, pressão inflacionária para itens como alimentos e combustíveis, prudência em relação aos investimentos de curto prazo, aumento de taxa Selic, principalmente, por conta das incertezas externas. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: Redução dos estímulos fiscais por conta da preocupação com a inflação não só americana quanto à global também, discussões no parlamento a respeito do teto de gastos; ÁSIA: Crise energética na China sob atenção das autoridades e crescimento abaixo do esperado que era próximo de 6% e fechou em 4,9%; EUROPA: Preocupação com o quadro de inflação na região e global. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, gerando um desafio para o balizamento da economia de países emergentes tais com o Brasil. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – outubro/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.556.354,28, além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 1.316,46, além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 17.514.858,61 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos meses continuarão sendo objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores

relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial, gerando grandes desafios aos países emergentes. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 2.000.000,00 no fundo BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI, advindos do resgate de valores contidos no fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA para fins de melhor realocação estratégica; 2) R\$ 8.000.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, advindos do resgate de valores contidos no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP para fins de melhor realocação estratégica; 3) R\$ 5.849.858,61 no fundo BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI advindos de valores resgatados do BRADESCO SELECTION FI AÇÕES para fins de melhor alocação estratégica e; 4) R\$ 1.665.000,00 no fundo BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES advindos do valor do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: outubro/2021 para fins de quitação das obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS apresentou, no fechamento do mês de outubro/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 – IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no *link* de controle “ENQUADRAMENTOS” disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Por conta disso, fica o IPREM CAIEIRAS obrigado a providenciar a devida regularização do presente desenquadramento passivo, o mais rápido possível, observando sempre as imposições legais que regem a presente matéria. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de novembro/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS, além de compromisso complementar tal como a folha de pagamento do mês de competência: setembro/2021 e realocação estratégica, a saber: 1) R\$ 2.000.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA para fins de realocação estratégica no fundo BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI; 2) R\$ 8.000.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP para fins de realocação estratégica no fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP; 3) R\$ 5.849.858,62 do fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES para fins de realocação estratégica no fundo BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI; 4) R\$ 140.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA para fins quitação das obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS e; 5) R\$ 1.070.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA para fins de cumprir com as obrigações relativas à folha de pagamento no mês de competência: novembro/2021, por se tratar de um fundo menos volátil, ideal para fazer frente às despesas correntes desta unidade gestora. Os citados resgates se encontram detalhados nas APRs de nº: 54/2021, 56/2021, 58/2021, 61/2021 e 62/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias e cenário de riscos apontando para várias direções. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em

fundos tipo "GESTÃO DURATION", "AÇÕES EXTERIOR" e "FUNDO DE AÇÕES", aumentando de forma moderada a exposição em "fundos de ações no exterior" preferencialmente, BDRs, IDKA IPCA 2A, ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 14,72% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 9,00% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de OUTUBRO/2021 até a presente data. **4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e entenderam ser oportuna, a aquisição de novo produto de investimentos, a saber: BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES, sobretudo por proporcionar retornos compatíveis com o mercado acionário norte americano. Busca também superar o índice S&P500, através de gestão ativa de instrumentos de renda variável negociados na bolsa brasileira, com proteção à variação cambial do dólar. Ficou aprovado por unanimidade o desinvestimento do fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES para fins de alocação estratégica. **5) Assuntos Gerais:** Deliberação, aprovação e credenciamento de: Trígono capital Ltda., BB gestão de recursos distribuidora de títulos e valores mobiliários S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, Planner corretora de valores S/A, Zion gestão de recursos Ltda, Vinci Equities Gestora de recursos Ltda e, Banco Daycoval S/A. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/12/2021 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA NASCIMENTO MUCELINI: \_\_\_\_\_

---

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Data:** 10/12/2021 - Participantes: Fernando Cesar Donizette Pacola, Roberta Sellmer Bertolo e Renata Nascimento Mucelini

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras – IPREM CAIEIRAS, em atendimento à prévia convocação do Coordenador deste Comitê de Investimentos, nos termos da Ata de Reunião Ordinária deste Comitê relativa ao mês de novembro/2021, reuniram-se, ordinariamente, todos os membros que abaixo subscrevem. Dando início aos trabalhos, a responsável técnica pela gestão dos recursos financeiros desta unidade gestora, procedeu à leitura das seguintes ordens do dia, as quais foram, anteriormente, distribuídas, a saber: **1) Cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro:** Deste tema, destacamos, invariavelmente, que uma das fontes mais importantes utilizadas como base para as deliberações deste Comitê, na presente reunião ordinária, em relação às aplicações financeiras a serem executadas por este órgão previdenciário, *in casu*, dezembro/2021, dentre outras que tratam de assuntos macroeconômicos no curto, médio e longo prazo, se refere a última decisão proferida pelo Comitê de Política Monetária – BACEN, em sua 242ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 26 e 27 de outubro/2021, uma vez que suas decisões desencadeiam reações/reflexos nos setores que compõem a macroeconomia nacional e, conseqüentemente, em seus respectivos indicadores e indexadores ligados ao mercado financeiro. A decisão, retro comentada, está assim resumida em Nota divulgada à Imprensa: “Em sua 242ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 7,75% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

- No cenário externo, o ambiente tem se tornado menos favorável e a reação dos bancos centrais frente à maior persistência da inflação deve levar a um cenário mais desafiador para economias emergentes;
- Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores divulgados desde a última reunião mostram uma evolução ligeiramente abaixo da esperada;
- A inflação ao consumidor continua elevada. A alta dos preços veio acima do esperado, liderada pelos componentes mais voláteis, mas observam-se também pressões adicionais nos itens associados à inflação subjacente;
- As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação;
- As expectativas de inflação para 2021, 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 9,0%, 4,4% e 3,3%, respectivamente; e
- No cenário básico, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de USD/BRL 5,60\*, e evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC), as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 9,5% para 2021, 4,1% para 2022 e 3,1% para 2023. Esse cenário supõe trajetória de juros que se eleva para 8,75% a.a. neste ano e para 9,75% a.a. durante 2022, terminando o ano em 9,50%, e reduz-se para 7,00% a.a. em 2023. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 17,1% para 2021, 5,2% para 2022 e 5,1% para 2023. Adota-se a hipótese de bandeiras tarifárias "escassez hídrica" em dezembro de 2021 e "vermelha patamar 2" em dezembro de 2022 e dezembro de 2023.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.



Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das *commodities* internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país.

Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o Comitê avalia que recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos. Isso implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário básico.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 1,50 ponto percentual, para 7,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante, que inclui os anos-calendário de 2022 e 2023. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

O Copom considera que, diante da deterioração no balanço de riscos e do aumento de suas projeções, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para as metas no horizonte relevante. Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance ainda mais no território contracionista.

Para a próxima reunião, o Comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude. O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.”

Isto posto, a presente decisão vem ratificar as expectativas projetadas por este Comitê de investimentos, em parceria com sua assessoria financeira contratada pelo IPREM CAIEIRAS, conforme podemos observar nos conteúdos dispostos nas atas de suas últimas reuniões, as quais já tratavam da possibilidade do iminente aumento da taxa Selic, tanto para o curto prazo quanto para o restante do exercício fiscal, sendo que na reunião de novembro/2021 se esperava uma alta de ao menos 1,00% a 1,25% dessa taxa. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic em 1,5 ponto percentual reiterando que um ciclo de aumentos sequenciais se encontra em curso. Ademais, esse comitê mantém o entendimento de que o aumento nos índices da taxa básica da economia, como estratégia para atacar a pressão inflacionária para a estabilidade dos preços, ainda que no atual patamar atual de 7,75%, continuem com uma tendência firme de elevação nas reuniões que ocorrerão até o final do presente exercício, sendo que para a próxima Reunião Ordinária do Copom (243<sup>a</sup>) acreditamos que ocorra um novo aumento entre 1,00% e 1,25% ao menos, por conta do cenário básico atual retratado pelo próprio Bacen/Copom, com especial ênfase na persistência dos índices elevados de inflação, redução no crescimento de economias asiáticas e emergentes, tendendo, no entendimento deste Comitê, com fechamento da taxa Selic, ao final do corrente ano, maior do que o apurado pelo COPOM (6,50%), conforme já observado atualmente. Por consequência, tais medidas, em caso de

elevação dessa taxa, ainda que gradualmente, desestimularão o crescimento econômico, sobretudo, por conta da oferta de crédito mais caro, ante à elevação nos juros dos financiamentos bancários, retraindo a geração de empregos. Ademais, devemos levar em consideração que a elevação dessa taxa, também elevará o custo de financiamento da dívida pública, reduzindo a capacidade do setor público de promover investimentos, ocasionando reflexos inclusive no Produto Interno Bruto Nacional. Não obstante, este Comitê de Investimentos se apoia, ainda, para fins de deliberação dos temas pautados na presente reunião ordinária, nas últimas apostas dos principais analistas do mercado financeiro para a composição do relatório de mercado FOCUS-BACEN, datado de 03/12/2021 e publicado no dia de 06/12/2021, além do relatório “panoramas”, publicado pela empresa de consultoria em investimentos, Crédito & Mercado em sua página eletrônica. Não obstante, este Comitê entende que por conta desse cenário apresentado, o IPREM CAIEIRAS deverá continuar com uma gestão prudente de sua carteira de investimentos, promovendo as movimentações necessárias no sentido de sempre preservar ao máximo o retorno de seus investimentos, adotando cautela quanto à assunção de riscos, em especial no curto prazo, sobretudo, por conta da volatilidade observada nos mercados se mantendo sem um horizonte claro definido, dando preferência para aplicações em renda variável e em aplicações de renda fixa no médio e no longo prazo, alocando, estrategicamente, no mês corrente, a maior parte de seus ativos financeiros em “GESTÃO DURATION”, “AÇÕES” e “IDKA IPCA 2A”, por se apresentarem, no presente momento, como boas opções de alocação estratégica dos investimentos do IPREM CAIEIRAS, tendo em vista os riscos no curto prazo e as incertezas que rondam o mercado financeiro, sem um horizonte de tempo definido, por conta das variáveis acima expostas, cabendo o resgate de valores aplicados em fundos de investimentos atrelados à índices de inflação, ou menos voláteis tais como: IMA-B, além da observância dos limites impostos pela Resolução CMN 3922/10 e pela atual política de investimentos aprovada e seguida por esta Autarquia Previdenciária. Relativamente à macroeconomia nacional destacamos as seguintes variáveis atuais: Recentes quedas no índice do Ibovespa, bacen preocupado com expectativas inflacionárias, pressão persistentes nos índices que compõem o IPCA, cenário desafiador devido ao cenário fiscal nacional deteriorado e cenário externo desfavorável, preocupação com o teto de gastos, prudência em relação aos investimentos de curto prazo, aumento de taxa Selic. Com relação à macroeconomia internacional destacamos: EUA: *Tapering* diminuindo a liquidez global, divulgados os índices da maior alta da inflação registrada desde 1990; ÁSIA: Dados das vendas no varejo surpreenderam positivamente, ficando acima do esperado, porém, a preocupação com o quadro macroeconômico continua devido a crise energética; EUROPA: Epicentro da variante omicron, onde se discutem o lockdown. Alemanha com inflação alta, sendo a maior desde 1993. Após leituras e debates, este Comitê entende que não é momento de assumir posições de riscos, em especial com fundos de curto prazo, uma vez que a macroeconomia mundial se divide em enfrentamento da pandemia e gestão de estímulos fiscais por parte dos governos que comandam as principais economias mundiais, gerando um desafio para o balizamento da economia de países emergentes tais com o Brasil, tendo ainda que, a volatilidade dos mercados permanece sem um horizonte de tempo definido. Devemos levar em consideração também o aumento do preço das *commodities*, uma vez que o Brasil assume o papel de grande fornecedor de *commodities* para as demais potências econômicas mundiais. Tal situação tende a provocar uma desvalorização da moeda nacional, combinado com a expectativa de elevação dos índices de inflação, dentre outros. **2) Avaliação dos investimentos:** Na presente reunião, os membros deste Comitê analisaram os documentos relativos ao repasse das contribuições previdenciárias, relativamente ao mês de competência – novembro/2021 - e constataram que tais repasses foram efetuados no prazo legal. O montante repassado totalizou: R\$ 1.567.653,04 além de receitas provenientes do Comprev: R\$ 2.632,92, além da taxa de administração: R\$ 121.653,57 e, desta feita, ficou APROVADA, após deliberação realizada pelos membros deste Comitê na presente reunião ordinária, ante ao montante total repassado a este órgão previdenciário, a APLICAÇÃO de R\$ 1.364.000,00 em ativos financeiros, tendo por base de decisão, o fluxo de caixa do mês corrente, cenário macroeconômico, além de critérios legais de liquidez, rentabilidade e, principalmente, diversificação dos investimentos dentre outros. Foram verificados e analisados, ainda, os valores aplicados em cada fundo que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS até o presente momento, sendo que as variáveis que ocasionaram provisões de perdas, nos últimos

meses continuarão sendo objetos de análise mais apurada, a fim de se buscar o melhor resultado em relação ao retorno dos investimentos, levando-se, em consideração os fatores relacionados, principalmente, com o enfrentamento da Covid-19, em especial as incertezas que rondam a macroeconomia mundial, gerando grandes desafios aos países emergentes. Não obstante, no intuito de se alcançar a meta atuarial anual, porém de forma prudente, os membros deste Comitê APROVARAM a realização das seguintes aplicações financeiras, a serem realizadas em momento oportuno, a saber: 1) R\$ 1.364.000,00 no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, advindos do valor do repasse mensal das contribuições previdenciárias relativas ao mês de competência: novembro/2021. O saldo restante de tais repasses ficará disponível na conta corrente do IPREM CAIEIRAS a fim de que sejam honrados seus compromissos assumidos, pautando-se no fluxo de caixa. Ademais, os membros deste Comitê verificaram na presente reunião que a carteira de ativos financeiros do IPREM CAIEIRAS não apresentou, no fechamento do mês de novembro/2021, desenquadramento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010 e da Política de Investimentos/2021 - IPREM CAIEIRAS, a qual se encontra espelhada no link de controle "ENQUADRAMENTOS" disposta no sítio da contratada Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos. Por conta disso, resta regularizado o desenquadramento passivo observado no fechamento do mês de outubro/2021, em cumprimento das normas que regem a presente matéria. Não obstante, os membros deste Comitê, após análise do cenário macroeconômico e do fluxo de Caixa deste órgão previdenciário, relativamente ao mês de dezembro/2021 - APROVARAM a efetivação de RESGATE financeiro para fins de quitação de obrigações assumidas pelo IPREM CAIEIRAS, além de compromisso complementar tal como a folha de pagamento do mês de competência: dezembro/2021, incluindo o décimo terceiro salário, a saber: 1) R\$ 1.005.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, para fins de quitação dos compromissos financeiros assumidos pelo IPREM CAIEIRAS e; 2) R\$ 570.000,00 do fundo CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA para fins de quitação dos compromissos assumidos pelo IPREM CAIEIRAS, incluindo-se o pagamento do décimo terceiro salário, por se tratarem de fundos atrelados ao IPCA. Os citados resgates se encontram detalhados nas APRs de nº: 63/2021 e 65/2021. Em continuidade, os membros deste comitê, após análises e debates, concluíram que, apesar de todos os esforços a serem realizados por esta Unidade Gestora, as provisões de perdas financeiras tendem a ocorrer até o final do presente exercício, principalmente por conta da atual instabilidade e das incertezas (VOLATILIDADES) por que atravessa o cenário macroeconômico nacional e internacional, no curto prazo e no médio prazo, principalmente, por conta das questões que envolvem o enfrentamento global da Covid 19, bem como as pressões inflacionárias e cenário de riscos apontando para várias direções. Tal situação faz com que se torne difícil, com vistas às últimas projeções apontadas pelos principais analistas do mercado financeiro, o alcance da meta anual prevista no último cálculo atuarial, ou seja, IPCA + 5,72%, sobretudo, porque o momento pede uma gestão prudente das aplicações financeiras do IPREM CAIEIRAS, com risco elevado em aplicações de curto prazo, em busca de se alcançar tal meta atuarial. Ademais, ante a essa política de gestão dos fundos, adotadas pelo IPREM CAIEIRAS e a atual instabilidade (volatilidade) por qual atravessa o mercado financeiro, este Comitê entendeu ser prudente alocar, estrategicamente, a maior parte de seus ativos financeiros, em fundos com disponibilidade/resgate D+0 c/c títulos públicos diversificados em fundos tipo "GESTÃO DURATION", "AÇÕES" "IDKA IPCA 2A", aumentando de forma moderada a exposição em "fundos de ações no exterior" preferencialmente, BDRs, IDKA IPCA 2A, ideais para resguardar a carteira de ativos, no presente cenário. Quanto ao cumprimento de seu cálculo atuarial, ante ao cenário macroeconômico e as expectativas/projeções do mercado financeiro, a respeito do IPCA/2021, conforme indicadores acima, o IPREM CAIEIRAS deverá se empenhar no alcance de ao menos 14,72% ao final do exercício financeiro de 2021, sendo 9,00% referentes ao IPCA/2021, apontado na última expectativa dos analistas do mercado financeiro (FOCUS-BACEN), acrescidos de mais 5,72% projetados em seu cálculo atuarial. **3) Análise do fluxo de caixa:** Para melhor elucidar os debates, quanto aos dispêndios promovidos pelo IPREM CAIEIRAS, os membros do Comitê analisaram e por maioria de votos opinaram favoravelmente quanto à execução, em andamento, da projeção do fluxo de caixa X conta corrente do IPREM CAIEIRAS, principalmente por obedecerem a ordem cronológica de pagamentos, relativamente ao mês de NOVEMBRO/2021 até a presente data.



## Instituto de Previdência Municipal de Caieiras

CNPJ: 13.123.565/0001-08

*Comitê de Investimentos - Dezembro/2021*

-----

**4) Proposição de investimentos e desinvestimentos:** Os membros deste Comitê de Investimentos deliberaram, na presente reunião ordinária, ante ao cenário macroeconômico de curto prazo, médio e longo prazo, além dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS e não entenderam ser oportuna, a aquisição de novo produto de investimentos. Ficou aprovado por unanimidade o não desinvestimento de quaisquer dos fundos que compõem a carteira de investimentos do IPREM CAIEIRAS. **5) Assuntos Gerais:** Ibovespa, Comprev. Esgotada a pauta do dia e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a presente reunião ordinária, ficando, desde já, os membros deste Comitê, convocados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na data de 10/01/2022 às 10 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Caieiras - IPREM CAIEIRAS, com a seguinte pauta: 1) Análise do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo e expectativas do mercado financeiro; 2) avaliação dos investimentos; 3) Análise do fluxo de caixa e; 4) Proposição de investimentos e desinvestimentos. O material de apoio será enviado aos membros deste Comitê, previamente, em momento oportuno. Nada mais a relatar, assinam a presente Ata os seguintes membros:

FERNANDO CESAR DONIZETTE PACOLA: \_\_\_\_\_

ROBERTA SELLMER BERTOLO: \_\_\_\_\_

RENATA NASCIMENTO MUCELINI: \_\_\_\_\_